

# Diagnóstico do tempo

implicações éticas, políticas e sociais da

# Pandemia



**Evandro Pontel**  
**Fabio Caires Correia**  
**Jair Tauchen**  
**Olmaro Paulo Mass**  
**Oneide Perius (Orgs).**



**Editora Fundação Fênix**



A recente pandemia enfrentada globalmente se estabelece, além de sua condição de tragédia humana praticamente incomensurável, sabida e percebida em todos os recantos deste vasto mundo, como algo mais – a saber, como uma peculiar *configuração sintomática* de uma ordem muito especial, e com consequências potencialmente extraordinárias em termos civilizatórios. O bioma arde em febre, pois o vírus, invisível e mortal, está em todos os lugares; algo desabou: uma ideia de mundo, um *estilo de esperança* – e, como sabemos, “quando a construção de um mundo desaba, são soterrados também os pensamentos que a haviam arquitetado e os sonhos que a habitavam” (Rosenzweig).

O vírus está na nossa mente, como está nos pretensos fundamentos intocáveis da modernidade. Incrustou-se no *logos* acostumado a fazer da Alteridade uma função ou projeção sua. Uma era chega ao fim.

Porém, “pensar é transpor”, já disse E. Bloch. É exatamente a crise da racionalidade – uma *crise da hegemonia da racionalidade idólatrica*, na qual temos estado imersos há muito tempo, uma racionalidade que idolatra ideias suaves, pensamentos mágicos e conciliações impossíveis – que oportuniza a sua transformação em crítica da realidade.

E essa tarefa árdua é que une a multiplicidade de textos do presente livro. Desde prismas diversos ao extremo, é o mergulho na convulsão temporal que os irmana. O estilo específico de cada um converge no sentido de uma viagem de (ainda) *sobre-vivência*, um mergulho no porvir concreto, sem o qual estamos todos condenados.

O resto pode esperar. Esse tema, não. Que este livro ache muitíssimos que o mereçam, é o que posso desejar.

Ricardo Timm de Souza



Editora Fundação Fênix





Direção editorial: Agemir Bavaresco  
Diagramação: Editora Fundação Fênix  
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –

[http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



*Série Filosofia – 42*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

PONTEL, Evandro; CORREIA, Fábio Caires; TAUCHEN, Jair; MASS, Olmaro Paulo; PERIUS, Oneide. (Orgs).

*Diagnóstico do tempo: implicações éticas, políticas e sociais da pandemia.* PONTEL, Evandro; CORREIA, Fábio Caires; TAUCHEN, Jair; MASS, Olmaro Paulo; PERIUS, Oneide. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020.

662p.

ISBN – 978-65-87424-46-0

 <https://doi.org/10.36592/9786587424460>

Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>

CDD-100

---

1. Pademina. 2. Diagnóstico. 3. Filosofia. 4. Ética. 5. Política.

Índice para catálogo sistemático – Filosofia e disciplinas relacionadas – 100

## Sumário

### ***Prefácio – A Pandemia como sintoma***

*Ricardo Timm de Souza*.....11

### **1. *El único y su propiedad. Desposesión y neofascismo en las ruinas del liberalismo***

*Agustín Lucas Prestifilippo* ..... 13

### **2. Metodologias ativas em EAD nos tempos de Pandemia: estratégias para dinamização da aprendizagem e do ensino**

*Alexsandra Cardoso Souza; Giovanna Costa Falcão; Luiz Sinésio Silva Neto* .....29

### **3. Mais uma pandemia, mais uma oportunidade perdida**

*Alysson Augusto dos Santos Souza* .....39

### **4. Hello Walls: Reflexões em confinamento (24h open)**

*Arthur da Silva Pinto; John Gabriel O'donnell*.....59

### **5. A tragédia grega e as tragédias da pandemia no Brasil**

*Carlos Mendes Rosa* .....79

### **6. Hermenêutica da pestilência ou expectativas para após tempos de peste**

*Cristian Marques* .....93

### **7. OS Kathēkonta estoicos na pandemia**

*Diogo da Luz; Fernando Fontoura* .....109

### **8. Pandemia, Isolamento E Sentido**

*Diogo Villas Bôas Aguiar*..... 127

### **9. Medo e esperança: profilaxia em tempos de pandemia**

*Divino Ribeiro Viana; Edvando Santos Cordeiro; Fábio Caires Correia*..... 139

### **10. Ainda uma catástrofe social da natureza: notas sobre a pandemia**

*Douglas Garcia Alves Júnior*..... 155

### **11. Algoritmos desintegrados e a crise do sentido em tempos epidêmicos**

*Estevan de Negreiros Ketzer* ..... 165

<b>12. Apuntes para una arqueología de la pandemia global</b>	
<i>Fabián Ludueña Romandini</i> .....	183
<b>13. Giorgio Agamben, a biopolítica, a pandemia do Covid-19 e o fracasso de instituir uma “forma-de-vida”</b>	
<i>Fábio Abreu dos Passos; Elivanda de Oliveira Silva</i> .....	199
<b>14. Pandemia como fato político: um olhar biopolítico</b>	
<i>Fábio Duarte</i> .....	217
<b>15. Arte em tempos de pandemia: um olhar adorniano</b>	
<i>Fernanda Proença</i> .....	247
<b>16. Normalidade e progressão absolutas, normalidade como progressão absoluta: quando o capitalismo como instrumentalização totalizante fica nu! – um ensaio</b>	
<i>Fernando Danner; Leno Francisco Danner</i> .....	273
<b>17. Alteridade em tempos de pandemia</b>	
<i>Giovan Longo</i> .....	297
<b>18. Horror ao tédio, ou a arte quarentenada</b>	
<i>Guilherme Reolon de Oliveira</i> .....	313
<b>19. Mosaico incompleto da Pandemia no Brasil ou reminiscências e imagens do cotidiano de um país que ainda não se descobriu envergonhado</b>	
<i>Isabella Fernanda Ferreira</i> .....	327
<b>20. Os impactos da pandemia na legislação Trabalhista e na Justiça do Trabalho brasileiras</b>	
<i>Jader de Moura Fontenele</i> .....	343
<b>21. A questão social e a Covid-19: a desigualdade explicitada pela pandemia no Brasil</b>	
<i>Jane Cruz Prates; Flavio Cruz Prates; Rodrigo Nunes</i> .....	359
<b>22. Tempos cruzados</b>	
<i>João Francisco Cortes Bustamante</i> .....	377

<b>23. Populismo digital: arte como construção viral</b>	
<i>Lucyane de Moraes</i> .....	393
<b>24. A pandemia no Espelho de Janus</b>	
<i>Nelson Costa Fossatti</i> .....	407
<b>25. All blues, in the pandemic: from Brazil to the French James Baldwin</b>	
<i>Norman Roland Madarasz</i> .....	433
<b>26. Panorama, luto social e transitoriedade: considerações compartilhadas</b>	
<i>Olga Nancy P. Cortés</i> .....	457
<b>27. Suportar o (in)suportável e a normalização do medo e da vida danificada – um diálogo a partir de Zygmunt Bauman</b>	
<i>Olmaro Paulo Mass; Evandro Pontel</i> .....	469
<b>28. A filosofia e a tarefa de compreender a nossa época: narcisismo, pensamento mágico e racionalidade idolátrica</b>	
<i>Oneide Perius</i> .....	489
<b>29. “Estou vivo/a”: aprendizagens necessárias do que pode se transformar em experiência</b>	
<i>Paulo César Carbonari</i> .....	501
<b>30. Aleksei Losev e o inimigo invisível: mito e imaginário</b>	
<i>Paulo Sérgio de Jesus Costa</i> .....	521
<b>31. A espetacularização aberta: uma análise da pandemia</b>	
<i>Pedro Antônio Gregorio de Araujo</i> .....	533
<b>32. Reféns da esfera doméstica: a mulher na pandemia e a intensificação das desigualdades de gênero</b>	
<i>Rafaela Weber Mallmann</i> .....	551
<b>33. Travessia da crise e para além: Hegel por Gadamer - fim da arte?</b>	
<i>Raimundo Rajobac</i> .....	567

**34. Instantâneos da pandemia**

*Rodrigo Duarte* .....585

**35. Audiovisual e a pandemia: marcas e afinidades em transição**

*Roberto Tietzmann* .....601

**36. Crise, neoliberalismo, educação e tecnologias em tempos de pandemia**

*Thiago Oliveira* ..... 617

**37. A pandemia e a Nova Internacional**

*Valentinne Serpa* ..... 631

**38. Tempo: saúde, trabalho e o cuidado de si**

*Vera Marta Reolon* .....645

## **1. *El único y su propiedad. Desposesión y neofascismo en las ruinas del liberalismo***



<https://doi.org/10.36592/9786587424460-1>

*Agustín Lucas Prestifilippo<sup>1</sup>*

La crisis mundial de la pandemia ha revelado los aspectos más oscuros del neoliberalismo contemporáneo. Mientras que las curvas de contagio arrojaron más de un millón de muertos indistintamente en el Norte y en el Sur globales –confirmando ominosamente el sueño de la mundialización capitalista de una eliminación de toda frontera–, la vulneración de derechos sanitarios, laborales y sociales se han padecido con mayor agudeza en aquellos sectores de las poblaciones que mientras tanto ya habían sido identificadas por el capital como desechables.

Si como sostiene Judith Butler en el capitalismo contemporáneo la vulnerabilidad se distribuye desigualmente,<sup>2</sup> podría constatarse así que la crisis del COVID-19 ha radicalizado esta determinación estructural, revelando las consecuencias más aciagas del desfinanciamiento y mercantilización neoliberal del sistema de salud pública. Los cadáveres acumulados en las calles de Ecuador o Bolivia sin posibilidad de velatorio ni entierro, las fosas comunes repletas de cuerpos sin vida en Estados Unidos y Brasil, son la confirmación más palmaria de la tendencia destructiva del capital.

Sin embargo, los balances no pueden desatender un fenómeno que, siendo rastreable desde el colapso económico de 2008, ha adquirido una visibilidad novedosa en estos tiempos de pandemia. Se trata del despertar público de movimientos neofascistas que, movidos por un ideario de libertad individual radicalizada, han expresado un rechazo furibundo del principio elemental de la igualdad, impugnando públicamente los fundamentos liberales de los órdenes sociales. ¿Cómo repercuten estos movimientos sísmicos en las autopercepciones de las sociedades contemporáneas? ¿Qué ha quedado del legado democrático del liberalismo político a la vista de las formas drásticamente autoritarias con las que hoy líderes de fuerzas

---

<sup>1</sup> Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires e investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). E-Mail: [alprestifilippo@gmail.com](mailto:alprestifilippo@gmail.com).

<sup>2</sup> BUTLER, Judith. *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría política de la asamblea*, Barcelona: Paidós, 2017.



políticas libertarias declaran, al modo de eugenistas sociales postdiluvianos, que “mueran los que tengan que morir”?

En este escrito pretendemos aportar elementos para la interpretación de los resultados que arrojan las distintas mediciones de las percepciones y valoraciones de los individuos durante la pandemia, situando nuestro análisis en un espacio y tiempo dúplices: hablamos *desde* la coyuntura social argentina, pero con vistas a las transformaciones económicas e ideológicas en el mundo capitalista –y en nuestra región latinoamericana en particular; y lo hacemos *desde* la crisis inaugurada por el COVID-19, pero cuya sentido no puede desgajarse de la condición de crisis en la que se reproduce el capitalismo desde 2008. Las variaciones que pueden reconstruirse del impacto del virus en las sensibilidades públicas arrojan signos cuya opacidad requiere de meditaciones que aquí apenas comenzaremos a delinear, pues se trata de aquellos desplazamientos ideológicos que se han observado en el plano de la subjetividad contemporánea entre las ruinas del liberalismo.

Corresponde por lo tanto preguntarse si en las mutaciones de las experiencias de esta doble crisis (2008-2020) no es posible distinguir un continuo, una específica sensibilidad pública que, en el *pathos* del derrumbe que experimenta el sujeto cuando se confronta con el despojo material de sus cosas y de su vida, en la extrema vulnerabilidad que implica su puesta en abismo, permite ser analizada en su singularidad histórica. Nuestra hipótesis sostiene que esta sensibilidad se diferencia por acudir a la figura del sujeto propietario como emblema de una autoafirmación que requiere para su consumación de la manipulación y el ejercicio de la violencia de los otros, concebidos como objetos apropiables; incluso llegando a la proclama del derecho a su abuso y necesaria destrucción. “Nada está por encima de mí”,<sup>3</sup> sostiene el Único neofascista cuando sale a ganar las calles de este lado y de aquel del Atlántico.

### **Dar(se) la muerte**

Las intervenciones recientes de la filosofía contemporánea en los medios masivos de comunicación (Giorgio Agamben, Alain Badiou, Jean Luc Nancy, Judith Butler o Slavoj Žižek son acaso los que suscitaron mayor repercusión) han tomado nota –con irregular sensibilidad hermenéutica– de esta cuestión a raíz de fenómenos

---

<sup>3</sup> STIRNER, Max. *El único y su propiedad*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2003, p. 15.

ciertamente extraños de los que la humanidad se ha visto confrontada durante la crisis del COVID-19.<sup>4</sup> Se trata de entender manifestaciones públicas en las que los individuos se convocan para expresar su hostilidad ante las medidas de política sanitaria –no sólo el aislamiento social preventivo y obligatorio, sino también el distanciamiento prudente, incluso el uso de tapabocas. En las pancartas sostenidas con el mensaje “el coronavirus no existe” o en los relatos que encuentran conspiradores ocultos detrás de las estadísticas públicas, se manifiesta una disposición que se liga directamente con un deseo de destrucción, no sólo del entorno en el que el individuo se mueve, sino también del sujeto mismo.

El filósofo camerunés Achille Mbembe ha denominado necropolítica a esta versión del nuevo liberalismo.<sup>5</sup> Su determinación esencial sería la de una racionalidad que, revisitando las tecnologías del “hacer morir y dejar vivir” que gobernaron la forma soberana del dominio en la Europa medieval, se define por un nuevo poder de dar la muerte. Tomando prestado su terminología, podríamos llamar “necroliberales” a estas posiciones del sujeto, puesto que se asocian con un acto de integrar la muerte en un esquema simbólico que la vuelve no sólo tolerable, sino incluso políticamente productiva. Lo paradójico de este esquema sostenido por quienes asumen posiciones necroliberales es su tonalidad eminentemente sacrificial.<sup>6</sup> La reivindicación de la libertad de dar la muerte aparece como impulso a actuar públicamente en masa al costo de darse muerte a uno mismo. ¿Es posible entender esto?

Ciertamente, no es la primera vez que se asocia la libertad del individuo con su muerte. En la historia moderna ella ha tenido distintos hitos de gran significación cultural. La experiencia de la muerte aparece para la conciencia del sujeto como un límite infranqueable que obstruye sus proyectos y pone en jaque el sentido de la vida. De allí que una forma de solucionar esta dramática crisis fuera transformar el límite que representa la finitud en una instancia de tránsito hacia una forma de relación reconciliada con el dolor profundo que supone la conciencia del límite. La teodicea del cristianismo ha ofrecido acaso la estrategia más conocida de su integración simbólica, siendo el martirologio uno de los emblemas más expresivos al respecto. Pero esta asociación moderna podría retrotraerse incluso más atrás, hacia los tiempos de la

---

<sup>4</sup> Cfr. VV. AA. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*, Buenos Aires: ASPO, 2020.

<sup>5</sup> MEMBE, Achille. *Necropolítica*, Madrid: Melusina, 2011.

<sup>6</sup> SAFATLE, Vladimir, “Bem vindo ao estado suicidário”, *ConTactos*, HemiPress, 2020.

tragedia griega. Para una concepción bastante difundida en la moderna crítica literaria, la tragedia evidenciaba poéticamente la emergencia de un sujeto moralmente libre en la afirmación del destino como *suyo*: en su apropiación como acto, y no como acaso. En la acción de afirmar su muerte, el protagonista se confirma como sujeto libre y pasa a la posteridad como héroe.<sup>7</sup>

Más cerca nuestro quizás sea el debate bioético sobre la eutanasia el hito de una discusión compleja sobre el vínculo entre libertad subjetiva y muerte. En efecto, la controversia se suscita allí en donde el derecho no habilita a los individuos a decidir sobre su propio destino cuando la racionalidad científica de la medicina no encuentra remedio que evite la inminencia de una muerte dolorosa.<sup>8</sup> Ante esta imposibilidad, se sostiene, el sujeto debe poder tener la última palabra acerca de su propia vida. Garantizar legalmente la eutanasia no sólo tiene un sentido para quien la afirma, sino también para su entorno de afectos más cercano. Se trata así de una “muerte digna” y del ofrecimiento de una culminación del sufrimiento causado ya sin sentido por una vida que no tiene perspectivas de continuar.

Pero si de lo que se trata es de la comprensión del sentido de esta asociación para la subjetividad necroliberal, las interpretaciones del psicoanálisis siguen detentando una actualidad única. Freud tenía una manera de explicar estas asociaciones entre libertad y muerte desde el punto de vista de la genealogía del sujeto. Para su última teoría de las pulsiones, la orientación hacia la muerte es un impulso presente en toda configuración subjetiva, en la que el individuo encuentra un placer en la destrucción.<sup>9</sup> La muerte aparece como disolución de las escisiones que configuran la vida humana, devolviendo al sujeto a una instancia preyoica a la que siempre se siente compelido a regresar. Esta dimensión tanática del sujeto sin embargo opera contra cualquier proyecto compartido de vida humana, en la medida en que impide la configuración de lazos sociales durables, de producción de vínculos de confianza institucionalizados, y de desarrollo de expectativas de roles en las que toda sociedad se organiza para resolver los problemas reproductivos con los que la confronta la crudeza de la vida material. Necesariamente esa pulsión de muerte tiene que ser neutralizada o reorientada por configuraciones políticas dirigidas hacia la institucionalización de

---

<sup>7</sup> Cfr. LUKÁCS, Georg. “Metafísica de la tragedia”, en: *El alma y las formas*, México D.F.: Grijalbo, 1985.

<sup>8</sup> DWORKIN, Ronald, *El dominio de la vida*, Barcelona: Ariel, 1994.

<sup>9</sup> FREUD, Sigmund, *Más allá del principio del placer*, Buenos Aires: Amorrortu, 1976.



proyectos de acción en los que el sujeto más que destruir, edifique; más que desintegrar, vincule; y más que violentar, ame.

Precisamente por ello es que puede reconocerse en la subjetividad necroliberal en tiempos de pandemia la promoción de tendencias desintegradoras. Esta subjetividad se ha manifestado recorriendo dos caminos extremos, a primera vista heterogéneos. Primero, ella se expresó como voluntad sádica de delación, vale decir: como búsqueda punitiva de castigo. Más tarde, en la voluntad masoquista de dar(se) la muerte rechazando las medidas sanitarias de protección poblacional. Si bien en su primera aparición el problema del sujeto aparecía en el imaginario de un díscolo rebelde que no obedece al mandato de la autoridad pública, mientras que en la segunda el problema es la autoridad pública contra la que el propio sujeto se niega a obedecer –ambos momentos no expresan realidades distintas, sino por el contrario lados de una actitud cuya estructura paranoica se sostiene en una “falsa proyección”.

Adorno y Horkheimer identificaron con precisión esta dinámica en los comportamientos paradigmáticos del sujeto antisemita.<sup>10</sup> El sujeto que odia proyecta las frustraciones propias ante la evidencia de una crisis que pone de manifiesto su vulnerabilidad. Las desventuras del sujeto son expulsadas al exterior, atacando violentamente aquello que se asemejaba a lo que el yo pretendía reprimir, olvidar o alejar de su recinto. Tanto en el imaginario punitivo de persecución al otro, como en el agrupamiento sacrificial en el espacio público, la destrucción de barbijos y la displicencia ante la ciencia, aparece una disposición en la que el sujeto suspende sus facultades reflexivas para poner en acto un libre juego de su imaginación. Se fantasea con un otro que se beneficiaría de una libertad de movimiento que se le niega al yo confinado, se fantasea con un poder oculto que conspira para obtener privilegios a espaldas de la comunidad de la “gente de bien”. En ambas el sujeto desdobra la realidad, entre una dimensión superficial –aparente– y una realidad oculta –esencial, en la que siempre se esconde un agente poderoso que extrae provecho de su disimulo. Son estos fantasmas maníacos los que pone a circular la imaginación tanática del necroliberalismo, encontrando asilo en los adeptos al mercado de las baratijas ideológicas contemporáneas.

---

<sup>10</sup> ADORNO, Theodor y HORKHEIMER, Max. *Dialéctica de la Ilustración*, Madrid: Trotta, 1997, p. 233.

## **La doble crisis y las ruinas del liberalism**

Cuando se observa la coacción que producen estas operaciones imaginarias en los individuos, llevándolos a actuar no sólo contra vidas ajenas sino contra sí mismos, salta a la vista que ellas detentan una lógica cuyo saldo sigue resultado favorable para la economía interna de la psiquis del sujeto. No basta con identificarlos con el desquicio al que conduce el capitalismo desenfrenado. Quisiéramos detenernos en esta curiosa “racionalidad” para comprender mejor por qué actúan como actúan quienes suscriben con tanto ahínco a las formas tanáticas de la movilización neofascista.

2008 ha dado inicio a una nueva etapa de la valorización neoliberal signada por reconfiguraciones ideológicas sísmicas. Se trata de las singulares formas de justificar las iniciativas de salida de la crisis financiera, de deuda y de actividad que ha golpeado al sistema, las cuales podrían ser caracterizadas por un pronunciado cinismo: al capital ya no le interesa sostener la apariencia de su respeto por los acuerdos mínimos de la convivencia democrática, sino que fortalece su capacidad de reclutamiento ideológico en los oprimidos expresándose precisamente como desafiante voluntad de dinero y poder. Las medidas de salvataje del capital financiero que han desplegado las principales economías del mundo, nacionalizando sus deudas y sosteniendo un nivel pocas veces visto de intervención pública en los mercados, han expuesto al capitalismo a una desnudez normativa que no ha dejado de tener consecuencias en las fuentes de su legitimidad.

Si es cierto que siempre el capital necesitó apelar a un excedente simbólico para justificar ante los oprimidos y explotados la exigencia sistémica de una acumulación sin fin a condición de ocultar la estructura absurda sobre la que se sostiene,<sup>11</sup> la coexistencia de niveles de desigualdad, pobreza y desempleo sólo comparables con las cifras de las sociedades capitalistas de fines del siglo XIX, desnudó ante los ojos de muchos aquello que el capitalismo de postguerra jamás se habría atrevido a confesar: la expoliación en forma de explotación y dominio que requiere la satisfacción de los intereses de clase del capital. Que por ejemplo haya sido posible social y políticamente el despliegue inaudito de gasto público en la adquisición por parte del Tesoro norteamericano de activos basura para salvar de la quiebra a los bancos y una simultánea contracción del sistema de seguridad social y previsional, es lo que

---

<sup>11</sup> BOLTANSKI, Luc y CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*, Madrid: Akal, 2003.

Wolfgang Streeck ha caracterizado como el logro neoliberal de transmutar el principio de asignación de recursos de la justicia social en aquel modelo de justicia que sigue el criterio de la eficiencia económica y la productividad marginal del capital según el “libre juego de las fuerzas del mercado”.<sup>12</sup> Esta operación ideológica es la que ha sostenido la rebelión del capital ante las constricciones que supusieron los acuerdos institucionalizados que facilitaron la reproducción social en los años del “capitalismo democrático”.

El despojo material que desde entonces vienen sufriendo las distintas categorías de asalariados, pensionados y titulares de programas de asistencia social no ha cesado, llevando la crisis económica desatada por el Coronavirus a proporciones extremas los niveles de desigualdad. De allí que la doble crisis que ha supuesto 2008 y 2020 marque un tiempo menesteroso, de ruinas, en el que se ha agudizado más que nunca la *contradicción constitutiva* que ha signado al capitalismo desde sus inicios en los cercamientos de las tierras comunales y las cruzadas colonialistas en el “nuevo mundo”; formulado en los clásicos términos de Karl Polanyi, la contradicción entre una tendencia a la mercantilización de la vida y una tendencia hacia la protección que supone el anclaje social de las actividades orientadas a la reproducción.<sup>13</sup>

En la sociedad argentina esos despojos han sido profundizados por las medidas ultraortodoxas asumidas por la administración liberal conservadora que gobernó entre 2015 y 2019, sintetizadas por la combinación de un crecimiento inaudito de la deuda externa, un concomitante aumento de la fuga de capitales, la financiarización de la economía nacional, el aumento del desempleo, la pobreza y la indigencia, y el incremento dramático de la desigualdad de ingresos y patrimonio. La agenda de las fuerzas democráticas y populares que asumieron el poder del Estado a fines de 2019 se ha propuesto la reversión de estas tendencias dramáticas para la sociedad. Sin embargo, los elevados niveles de adhesión social a la ideología de la justicia de mercado en la población argentina,<sup>14</sup> ha conducido a nuevas contradicciones en la esfera pública que quisiéramos analizar a continuación.

---

<sup>12</sup> STREECK, Wolfgang. *Comprando tiempo. La crisis pospuesta del capitalismo democrático*, Buenos Aires, Katz, 2016.

<sup>13</sup> POLANYI, Karl. *La gran transformación*, México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

<sup>14</sup> VILLARREAL, Pablo. “Articulaciones político-ideológicas y modelos de justicia”, en: A. L. Prestifilippo y S. M. Roggerone (Comps.) *Crisis y crítica. Intervenciones en presente sobre el futuro de la emancipación*, Buenos Aires: IIGG-CLACSO, 2020.



Tenemos que situar estas contradicciones en el marco de la crisis de la pandemia. Si bien al inicio de la declaración oficial del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio el gobierno nacional obtuvo altos niveles de legitimidad, encontrando el Poder Ejecutivo elevados niveles de aceptación social de las decisiones asumidas para hacer frente a la pandemia, esa aceptación del comienzo –que incluyó incluso un respaldo de los medios de comunicación hegemónicos y de los referentes políticos de la oposición– apenas pudo sobrevivir a las iniciativas orientadas al fortalecimiento de la capacidad recaudatoria del Estado, necesaria para el financiamiento de las políticas de contención de emergencia que requería la coyuntura. Distintos momentos de la discusión en la esfera pública nacional permiten constatar el retorno de la conflictividad ideológica como motor de las dinámicas sociales del país. Todos estos momentos podrían eslabonarse a partir del clivaje de la contradicción entre la defensa de la propiedad privada, por un lado, y la ampliación de derechos sociales, por otro, como puntos de condensación de los conflictos que han polarizado a la sociedad argentina y que han dinamizado la lucha de clases.

En efecto, ha sido uno de las novedades de este tiempo que la movilización neofascista que se ha expresado en distintas oportunidades en el espacio público ha logrado su fuerza de adhesión y acumulación creciente de poder a partir de una interpelación ideológica que decididamente invoca al individuo como sujeto propietario, independientemente del patrimonio material que respalde esa identificación, y que ha tenido efectos imaginarios profundos en la subjetivación de vastos sectores de la sociedad argentina, heridos por la desposesión material que produjo primero la crisis capitalista y luego las agresivas políticas de expoliación neoliberal mencionadas.

La disposición a identificarse demasiado rápido con esa discursividad viscosa que convocaba a los sujetos como miembros de una comunidad de propietarios es acaso uno de los fenómenos más relevantes para entender la nueva ofensiva de la extrema derecha, cuyo saldo no sólo ha sido ganar las calles con creciente capacidad de movilización de masas, sino también obturar políticamente las iniciativas de la coalición de gobierno orientadas al fortalecimiento de la trama de derechos sociales amenazados por la crisis del COVID-19.

Esto se ha podido constatar tanto: a) en la frustrada iniciativa del Gobierno Nacional de intervención y expropiación de la cerealera Vicentín; b) en el aplazamiento

del envío al Congreso del proyecto de ley del oficialismo de un impuesto extraordinario a las grandes fortunas; c) así como en la imposición del sector punitivista que integra el gabinete de Seguridad bonaerense en la resolución del conflicto suscitado por las tomas de terrenos en la localidad bonaerense de Guernica, al sur de la Provincia de Buenos Aires. Cada uno de estos momentos han suscitado puntos de condensación ideológica de elementos que se han entrelazado en una cadena significativa orientada a esmerilar y detener toda iniciativa democrática de protección de los sectores más vulnerables de la sociedad bajo la serie *propiedad privada-ley-Estado (fuerte autoritario y confiscador para las primeras dos iniciativas, y débil que deja hacer, para la tercera)* (Cfr. Collazo y Pulleiro, 2020).<sup>15</sup> La combinatoria de discursos de odio, manifestaciones de crueldad desatada contra los sectores más vulnerables, e identificaciones subjetivas con una figura del individuo propietario, marca así el perfil ideológico de este nuevo fascismo.

### **Desposesión material y apropiación fantasmática en los nuevos fascismos**

Maurizio Lazzarato ha ofrecido una adecuada caracterización del momento actual del capitalismo que permite comprender el crecimiento de la extrema derecha en todo el mundo.<sup>16</sup> Se trata de acciones políticas en la esfera pública por parte de nuevos movimientos que se ocupan de revitalizar el entramado ideológico de justificación de la valorización neoliberal por medio del fortalecimiento de las jerarquías de raza, sexo y clase. Para Lazzarato esta emergente discursividad nutrida de odio y sadismo ha favorecido el sueño capitalista de “volverse políticamente *autónomo e independiente* de los trabajadores, los pobres, los no propietarios”. A esto se refiere Lazzarato como la “secesión de los propietarios”, vale decir, como la ratificación de la fuga por parte del capital de los pactos y acuerdos sociales que condicionan su pretensión de valoración infinita, disolviendo la tensión polanyiana entre mercantilización y protección social. Precisamente por ello es que cabe aquí la alusión al modelo de la guerra como figura adecuada para interpretar las ofensivas del capital, dispuesto a controlar y regular las poblaciones no ya mediante la *integración*

---

<sup>15</sup> Cfr. COLLAZO, Carolina y PULLEIRO, Adrián. “Propiedad privada, meritocracia y antiigualitarismo. El discurso de los sectores dominantes en la crisis argentina”, *Instituto Tricontinental de Investigación Social*, DT N° 5, 2020.

<sup>16</sup> LAZZARATO, Maurizio. *El capital odia a todo el mundo*, Buenos Aires: Interzona, 2020.

*simbólica* –tal como lo había previsto cierta descripción ingenua de la biopolítica– sino por medio del *apartheid social*, el cual no sólo requiere la *exclusión* sino ahora también la *destrucción* de vastos sectores de la sociedad. A esto es a lo que llamábamos necroliberalismo; vale decir, una modalización reciente del neoliberalismo orientada hacia un retorno del acto soberano de “dar la muerte” a sectores de la sociedad identificables como descartables y requeridos de eliminación para la reproducción del capital.

Pero la consecuencia de este belicismo capitalista ha sido en el plano de la subjetividad la emergencia de acepciones del sujeto marcadas primero por la figura del “hombre endeudado”, responsable y culpable del exceso de gasto público; y luego, fruto del miedo, la angustia y la frustración operada por el despojo de la gobernanza neoliberal de la crisis, la cada vez más generalizada disposición a proyectar esos sufrimientos materiales al exterior, marcando en distintos sectores sociales la culpa de la desposesión. Es así como el neoliberalismo contemporáneo ha vuelto a identificar a la sociedad como sociedad de propietarios, reduciendo la idea de los derechos humanos meramente a derechos de propiedad.

Es fundamental comprender que la reemergencia de la identificación de los sujetos como individuos propietarios se da precisamente en el momento en el que más se agrava la desposesión material producto de la doble crisis capitalista. Se trata de un orden social en ruinas, que permite la operación de borramiento de la heterogeneidad normativa que ha constituido al liberalismo en su historia,<sup>17</sup> bloqueando toda posibilidad de anhelos emancipatorios e igualitaristas detrás de su concepción jurídica.<sup>18</sup>

Eva von Redecker ha ofrecido una sugerente interpretación de este proceso, proponiendo la figura del “fantasma de la apropiación” como un eslabón fundamental para la comprensión del creciente poder de la movilización neofascista de este lado y de aquel del Atlántico.<sup>19</sup> La noción de apropiación fantasmática supone la complementariedad simbólica en el orden de lo psíquico que ha permitido al capitalismo compensar la desposesión material de vastos sectores asalariados a lo largo de su historia. La autora traza una genealogía en la que esta operación ideológica

---

<sup>17</sup> BROWN, Wendy. *Undoing the Demos*, New York: Zone Books, 2015.

<sup>18</sup> LOICK, Daniel. *Der Missbrauch des Eigentums*, Berlin: August Verlag, 2016, pp. 19-45.

<sup>19</sup> VON REDECKER, Eva. “Ownership’s Shadow. Neoauthoritarianism as Defense of Phantom Possession”, *Critical Times*, N° 3, Vol. 1, 2020.



ha tenido distintas modalizaciones según el momento histórico, operando con gran potencia en los tiempos iniciáticos de la acumulación originaria, tanto para la expropiación colonialista, como para la apropiación de los órganos reproductivos de las mujeres en las concepciones decimonónicas del matrimonio de cobertura. Leyendo al racismo y al patriarcalismo como formas del dominio marcadas por la encarnación simbólica en el sujeto de estas transfiguraciones de apropiación fantasmática, fundamentalmente *luego* de la abolición de la esclavitud y de la progresiva emancipación de la mujer, von Redecker sostiene que hoy en día los movimientos neofascistas vuelven a sostener su acumulación de poder invocando un fantasma de apropiación que interpela a los sujetos como propietarios, y los convoca a ejercer sus derechos en calidad de dueños de “propiedades ficticias”: de sí mismos, y de los objetos que conforman sus “patrimonios”. Y ese derecho siempre implicó la autorización al propietario para abusar e incluso destruir.<sup>20</sup>

La defensa del fantasma de la apropiación que movilizan hoy los neofascismos tiene que ser interpretada en dos tiempos. Por un lado, se trata de una estrategia de interpelación ideológica que se posa en el nervio herido del sujeto, ofreciéndose como respuesta defensiva ante una realidad desbordante, incomprensible y menesterosa. Así pues el fantasma de la apropiación reacciona a la desposesión material que universaliza el capitalismo neoliberal, mediante un deseo de destrucción y una agresividad en la que el sujeto recupera la soberanía perdida por la expropiación que padece. Este “terrorismo” en el que recae el fantasma de la apropiación consiste en la repetición desplazada de las formas de control abusivo sobre los objetos apropiados, ahora exteriorizada hacia distintos sectores sociales, como los migrantes y minorías racializadas o las disidencias sexuales que no se subordinan a los esquemas patriarcales del binarismo jerarquizado de género. Por otro lado, se trata de una interpelación ideológica que ofrece una ganancia en los sujetos que se reconocen como individuos propietarios. Contrarresta la presión económica que supone la desposesión material, la pauperización de las condiciones sociales, y el desdibujamiento de las jerarquías sociales, ofreciendo en sus titulaciones simbólicas y en sus autorizaciones para agredir, violentar y eliminar, la seguridad y la soberanía perdida.

En la movilización social en repudio de las iniciativas del Estado nacional argentino para fortalecer políticas hacia la igualdad, sea identificando como

---

<sup>20</sup> *Ibíd.*, p. 38.

“autoritarias o confiscadoras” aquellas orientadas a una distribución más justa de la riqueza, o como “complicidad con acciones delictivas que violan el derecho de propiedad privada” las búsquedas de garantizar soluciones habitacionales a familias sin techo; en cada una de estas formas reactivas en las que el fantasma de la apropiación nutrió las energías autoritarias de vastos sectores sociales, se observa la nueva articulación entre neofascismo y neoliberalismo.

Lo que nos permite concluir el análisis de estos fenómenos es que hoy en día la movilización de la extrema derecha no se opone al individualismo con el que se supo asociar al neoliberalismo en sus primeros años, sino que ella lo refuerza como nunca antes en su historia. La defensa del fantasma de la apropiación ha permitido a los sujetos movilizados recuperar la soberanía perdida por la doble crisis, volver a “tener” –aunque imaginariamente– el control sobre sí mismos a partir del dominio de lo otro. Como el Único por el que abogaba el libertario del siglo XIX, el neofascista neoliberal del siglo XXI se siente autorizado a cuestionar las políticas igualitarias de protección social porque identifica derecho y poder, ley y propiedad, como asociaciones elementales que hacen de toda concepción universalista el motivo de una sospecha. De esta forma se puede justificar la participación en la vida social siempre en función de la orientación narcisista a su propia afirmación individual:

“¿Qué es mi propiedad? ¡Nada más que lo que está en mi poder! ¿A qué propiedad estoy autorizado? A toda a la que yo me autorizo. Yo me otorgo el derecho de propiedad al tomar posesión de mi propiedad, o al darme el poder del propietario, los plenos poderes, la autorización”.<sup>21</sup>

### **Palabras finales: democracias desafiadas y luchas emancipatorias**

Las fuerzas democráticas se tropiezan en estos días con un escenario complejo. Las reiteradas manifestaciones públicas de estas narrativas paranoicas han servido a una derecha radicalizada que sustituye su incapacidad de representación popular con estrategias de fortalecimiento identitario. Estas operaciones subrayan con filo autoritario los límites que separan el *adentro* del *afuera* de la comunidad de la crueldad. Su única fuerza reside en su debilidad, la cual es transfigurada

---

<sup>21</sup> STIRNER, Max. *El único y su propiedad*, op. cit., p. 317.

ideológicamente por sus golpes de efecto en un contexto de agudización de la espectacularización de la política, donde todo gesto antidemocrático cuenta siempre con una cámara de televisión dispuesta a su registro y masificación repetitiva. Aun así, estos tristes espectáculos reflejan una realidad: las fuerzas reactivas pretenden acaparar el verdadero medio en el que se despliega la racionalidad de la acción colectiva, el espacio público. Aprovechando la oportunidad para llevar a la plaza sus narraciones del odio, construyen imágenes horadantes que buscan desgastar los acuerdos más elementales de la convivencia humana.

No es inédita la voluntad de la derecha latinoamericana de expresarse en el espacio público –tenemos a disposición sendos recuerdos en nuestra historia reciente–; sí lo es la dificultad para concebir intervenciones responsables que neutralicen sus efectos en una subjetividad astillada por una crisis de envergadura descomunal. Pues la racionalidad sugiere el cuidado de sí y de los otros, la protección y el resguardo de la vida. La dificultad de la situación consiste en que se requiere intervenir en la lucha hegemónica evitando hacer circular todavía más la peste, mientras que la sinrazón se despliega en el espacio de la deliberación popular para expresar sus fastuosas escenas de infamia.

Por lo tanto, ¿qué hacer? Se desafía a las fuerzas democráticas a operar especularmente, a responder a los golpes de efecto con golpes simétricos sin capacidad efectiva. Se invita a reducir sus límites a los bordes de una identidad de unos pocos sin representación mayoritaria. Dicho esto, se necesita pensar formas creativas de poner en evidencia estas expresiones tanáticas de odio, estudiando en detalle las sensibilidades mancilladas que allí se expresan. Pero también se necesita dar mayor visibilidad y apoyo institucional a las prácticas efectivas que revelan una pedagogía de gran significación democrática.

Efectivamente, durante el tiempo de la pandemia hubo también expresiones de libertad que no concibieron la afirmación del sujeto en su voluntad destructiva, sino que han potenciado lógicas asociativas orientadas al cuidado de los demás. Se trata de los innumerables tejidos de organización comunitaria, producción y distribución social de bienes y servicios que, por lo bajo, sostuvieron la reproducción de la vida en base a formas de asistencia recíproca no mercantilizadas. Tomando las medidas precautorias necesarias para evitar nuevos contagios, hospedaron en sus hogares a desalojados, salieron a la calle y caminaron junto a contactos estrechos para atender

las necesidades de quienes no podían esperar al regreso de las personas contagiadas que habían sido aisladas.

En las cooperativas de pequeños productores agropecuarios, cuya existencia comprueba la posibilidad de otra estructura de tenencia de la tierra; en las mujeres y hombres de los barrios populares en las grandes ciudades que a diario exponen sus cuerpos para que la vida de los otros pueda continuar existiendo; en las jornadas extenuantes de los y las trabajadoras de la salud pública; o en los empeños quijotescos que sostuvieron sin recursos tecnológicos adecuados la continuidad escolar en los distintos niveles del sistema educativo, se vislumbran formas de una praxis colectiva que alumbran el futuro de nuestra sociedad. Detrás de estos comportamientos no opera ni el egoísmo ni el odio, sino el afecto amoroso que tiende lazos y asocia redes de solidaridad y confianza, fortaleciendo un entramado social que requiere ser potenciado y profundizado institucionalmente, y del que el Estado a su vez debe extraer lecciones de cara a su necesaria democratización.

Como forma de vida compartida, la libertad y la igualdad también pueden volver a encontrarse.

## **Referências**

ADORNO, Theodor y HORKHEIMER, M. *Dialéctica de la Ilustración*, Madrid: Trotta, 1997.

BOLTANSKI, Luc y CHIAPPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*, Madrid: Akal, 2003.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos*, New York: Zone Books, 2015.

BUTLER, Judith. *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría política de la asamblea*, Barcelona: Paidós, 2017.

COLLAZO, Carolina y PULLEIRO, Adrián. “Propiedad privada, meritocracia y antiigualitarismo. El discurso de los sectores dominantes en la crisis argentina”, *Instituto Tricontinental de Investigación Social*, DT N° 5, 2020, pp. 14.

DWORKIN, Ronald, *El dominio de la vida*, Barcelona: Ariel, 1994.

FREUD, Sigmund. *Más allá del principio del placer*, Buenos Aires: Amorrortu, 1976.

LAZZARATO, Maurizio. *El capital odia a todo el mundo. Fascismo o revolución*, Buenos Aires: Interzona, 2020.

LOICK, Daniel. *Der Missbrauch des Eigentums*, Berlin: August Verlag, 2016.

LUKÁCS, Georg. “Metafísica de la tragedia”, en: *El alma y las formas*, México D.F.: Grijalbo, 1985.

MEMBE, Achille. *Necropolítica*, Madrid: Melusina, 2011.

POLANYI, Karl. *La gran transformación*, México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SAFATLE, Vladimir, “Bem vindo ao estado suicidário”, *ConTactos*, HemiPress, 2020.

STIRNER, Max. *El único y su propiedad*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2003.

STREECK, Wolfgang. *Comprando tiempo. La crisis pospuesta del capitalismo democrático*, Buenos Aires: Katz, 2016.

VILLARREAL, Pablo. “Articulaciones político-ideológicas y modelos de justicia”, en: A. L. Prestifilippo y S. M. Roggerone (Comps.) *Crisis y crítica. Intervenciones en presente sobre el futuro de la emancipación*, Buenos Aires: IIGG-CLACSO, 2020.

VON REDECKER, Eva. “Ownership’s Shadow. Neoauthoritarianism as Defense of Phantom Possession”, *Critical Times*, N° 3, Vol. 1, 2020.

VV. AA. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*, Buenos Aires: ASPO, 2020.